



LEGISLATIVO

Câmara aprova PEC em primeiro turno

Deputados reduzem para um ano a vigência da proposta que garante auxílio de R\$ 600. Texto irá, hoje, à segunda rodada de apreciação

» TAÍSA MEDEIROS
» RAPHAEL FELICE

Pablo Valadares/Câmara dos Deputados



A PEC foi aprovada em primeiro turno com 331 votos favoráveis e 168 contrários. Se for avalizada em segundo turno, hoje, retornará ao Senado

A Câmara dos Deputados aprovou, em primeiro turno, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, que prevê a continuidade do Bolsa Família de R\$ 600, mais R\$ 150 por criança de até 6 anos. O placar foi de 331 votos a favor e 168, contra. Devido ao horário — a apreciação ocorreu por volta das 23h40 — e com um destaque para ser avaliado, o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), convocou sessão para as 10h de hoje, com o objetivo de concluir a votação, em segundo turno.

A estimativa da cúpula petista de atingir cerca de 330 votos foi confirmada, e a tendência é de que o substitutivo do relator Elmar Nascimento (União-BA) seja aprovado sem a inclusão de destaques — sugestões de mudanças na proposta — e volte ao Senado, pois houve mudanças no texto.

A PEC prevê excepcionalizar R\$ 145 bilhões do teto de gastos por apenas um ano, e não mais os dois anos aprovados no Senado. A proposta original enviada pelo governo de transição previa os recursos extrateto por todos os quatro anos de mandato do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O acordo para aprovar a PEC por um ano foi costurado após decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) na segunda-feira. A Corte definiu, por maioria, que as emendas do relator, chamadas de orçamento secreto, são inconstitucionais. Além disso, o ministro Gilmar Mendes determinou, em decisão liminar, que o Bolsa Família não precisa estar dentro do teto de gastos.

O deputado José Guimarães (PT-CE) afirmou, após a votação, que o partido está confiante para a rodada de hoje. "Vamos ampliar o placar. Vamos para o segundo turno e preparar o governo para assumir no

dia 1º de janeiro", frisou. "Quem marcou posição contrária a basicamente todo o texto da PEC foi o PL, o Republicanos e o Novo", destacou. "Foi um momento importante, a gente quer organizar a base do novo governo dentro daquilo que é fundamental", acrescentou.

Mudanças nas RP9

Como as RP9 deixaram de existir após a decisão do Supremo, os R\$ 19,4 bilhões previstos para o orçamento secreto foram divididos entre dotações dos ministérios e emendas parlamentares individuais.

O acordo foi fechado durante reunião entre lideranças da Câmara e Arthur Lira.

O texto que chegou à Câmara foi aprovado no Senado em 7 de dezembro. Para acelerar a votação na Casa, a proposta foi apensada à PEC 24/2019, de autoria da deputada Luísa Canziani (PSD-PR), que sugere a exclusão das despesas de instituições federais de ensino, nos termos especificados, da base de cálculo e dos limites individualizados para as despesas primárias.

Relator na Câmara, Elmar Nascimento ressaltou a necessidade da aprovação. "Temos que dar ao presidente eleito as



Vamos ampliar o placar (...). Foi um momento importante, a gente quer organizar a base do novo governo dentro daquilo que é fundamental"

José Guimarães (PT-CE), deputado

condições políticas e jurídicas para que ele possa colocar de pé as propostas. É fato também a necessidade de se assegurar os R\$ 150 para as crianças dessas famílias, e de autorizar a correção do salário mínimo nesses percentuais", defendeu. "Não é um aumento de Orçamento: é para que tenha o mesmo Orçamento que o atual governo teve, sem qualquer incremento, para que possa tocar as políticas públicas."

Críticas

O deputado federal Hugo Motta (Republicanos-PB) entende que a PEC da Transição

Saiba mais

A equipe do presidente eleito Lula desejava que a proposta retirasse o Auxílio Brasil (que voltará a ser chamado de Bolsa Família) do teto de gastos de forma permanente. Depois, o PT pediu para quatro anos, prazo do mandato. Agora, está em um ano. Em troca da aprovação da PEC da Transição foi condicionada a "herança" de R\$ 19,4 bilhões do orçamento secreto. Do aval à proposta depende a votação do Orçamento de 2023, inicialmente prevista para hoje em sessão do Congresso. "Um ano ou dois anos é irrelevante. A proposta acaba com o teto de gastos no ano que vem, e espero que o novo governo apresente uma nova e boa âncora fiscal como foi o teto de gastos", disse o ex-presidente da Câmara Rodrigo Maia (PSDB-RJ), que reassumiu o mandato e anunciou voto favorável à proposta.

vai prejudicar as metas fiscais do país e afirmou que a votação da medida às vésperas da troca de legislatura retira a legitimidade dos parlamentares que vão assumir em 2023.

"Nós sempre estivemos a favor dos mais pobres, mas precisamos discutir a responsabilidade fiscal, a legitimidade política que está sendo antecipada por uma ideia dos apoiadores, deputados e senadores que votaram no presidente eleito. O Republicanos tem a tranquilidade, não de votar contra os mais pobres, mas contra essa antecipação e votando com responsabilidade fiscal", alegou.

Reajuste a servidores do Congresso...

» TAINÁ ANDRADE

O Congresso aprovou reajuste salarial para servidores da Câmara e do Senado. Os aumentos serão escalonados e, ao fim dos próximos três anos, a elevação cumulativa totalizará 19,25%. Os rendimentos não eram corrigidos desde 2016 e estavam com perdas acumuladas pela inflação. O texto segue agora para a sanção presidencial.

Conforme o texto, o escalonamento prevê 6% nos dois primeiros anos e 6,13% em 2025. O impacto orçamentário na Câmara será de R\$ 275,7 milhões em 2023, R\$ 154,4 milhões em 2024, R\$ 190,7 milhões em 2025 e R\$ 198,3 milhões no exercício de 2026.

No Senado, o impacto orçamentário previsto é de R\$ 180,9 milhões em 2023, R\$ 262,5 milhões em 2024, R\$ 335,8 milhões em 2025 e R\$ 477,0 milhões em 2026.

Na Casa, a proposta inicial da Comissão Diretora previa a recomposição salarial no prazo de quatro anos. A inflação acumulada desde o último reajuste em

2016 chega a 25%. Durante a discussão da matéria, os senadores Paulo Rocha (PT-PA) e Izalci Lucas (PSDB-DF) defenderam um prazo menor: dois anos para recompor os salários do funcionalismo do Senado.

Após ouvir representantes de servidores presentes no plenário, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), sugeriu a recomposição de 18% em três anos. O relator, Fernando Bezerra, acatou o prazo, mas insistiu no reajuste de 19,25%.

"Eu considero que esse pode ser um caminho razoável, que atende à demanda dos servidores de não ter um prazo tão alongado. E atende à Câmara dos Deputados de não se ter um impacto orçamentário no prazo de dois anos. Então, o prazo médio de três anos atende a todos os lados", sustentou Pacheco.

Bezerra, por sua vez, ressaltou as perdas salariais dos servidores nos últimos anos. "A última recomposição salarial, também de natureza parcial, ocorreu

Valério Ayres/CB/D.A Press



Funcionários de Câmara e Senado receberão aumento escalonado

por meio da Lei nº 13.302, de 27 de junho de 2016. Há mais de seis anos, portanto", ressaltou. "Desde a última parcela desse reajuste, os índices inflacionários já alcançaram os 25%, considerando o Índice de Preços ao Consumidor Amplo, acrescentou Bezerra. (Com Agências Câmara e Senado)

19,25%

Total a que chegará o reajuste cumulativo dos servidores

...Presidente, vice e parlamentares, na fila

A Câmara aprovou, no início da noite de ontem, reajustes que variam de R\$ 12,6 mil a R\$ 15,4 mil sobre os salários de deputados, senadores, presidente da República, vice e de ministros de Estado. O projeto segue para votação no Senado.

O texto prevê o aumento em quatro etapas. A primeira será em 1º de janeiro de 2023 e a última, em 1º de fevereiro de 2025. Hoje, o presidente Jair Bolsonaro, o vice Hamilton Mourão e os ministros ganham R\$ 30.934,70. Ao tomar posse, Luiz Inácio Lula da Silva, Geraldo Alckmin e os novos ministros vão ganhar R\$ 39.293,32.

Além disso, atualmente, os congressistas recebem R\$ 33.763,00 por mês. Ao final do escalonamento, os salários serão iguais em R\$ 46.366,19. O crescimento representa reajustes de 37% e de 49,9%.

A confirmação dos reajustes poderá causar um efeito cascata no país, porque as remunerações de governadores e de deputados estaduais podem, pela Constituição, acompanhar um

percentual dos salários de parlamentares federais e do chefe do Executivo federal.

O debate sobre o aumento ocorreu a toque de caixa, no momento em que as atenções de Brasília estavam voltadas à análise da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição. A votação foi simbólica e, por isso, não é possível especificar todos os favoráveis e contrários à medida. O projeto de decreto legislativo foi assinado pelos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). O texto não depende de sanção ou veto do presidente.

Após o primeiro aumento, no início do ano, o texto passa os salários para R\$ 41.650,92 em 1º de abril de 2023. Em 1º de fevereiro de 2024, os vencimentos subirão a R\$ 44.008,52. Por fim, serão R\$ 46.366,19 a partir de 1º de fevereiro de 2025.

De 2023 a 2026, o impacto financeiro na Câmara será de R\$ 144,1 milhões. No Senado, R\$ 23,3 milhões. No governo federal, R\$ 10,8 milhões.